



25ª Reunião Ordinária
29/10/2014

- Aprovada por:
 - Unanimidade ☐
 - Majoria ☒
- Retirada da Ordem do Dia ☐
- Manter em Ordem do Dia ☐

Aprovado em Minuta
O Presidente da Câmara

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

N.º 466 /2014

Considerando que:

- a) Nos termos da alínea b) do artigo 14.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, constitui receita dos municípios o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º daquele diploma legal.
- b) Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, autorizar o lançamento de derramas.
- c) O artigo 18.º supra mencionado reitera que compete aos municípios deliberar o lançamento de derramas a aplicar em cada ano de acordo com os valores e metodologias previstas na lei.
- d) O preceito legal invocado na alínea anterior estipula:

"Artigo 18.º

Derrama

1 - Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.



2 – Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria coletável superior a € 50 000 o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional.

3 – Quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50% da exploração de recursos naturais que tornem inadequados os critérios estabelecidos nos números anteriores, podem os municípios interessados propor, fundamentadamente, a fixação de um critério específico de repartição da derrama, o qual, após audição do sujeito passivo e dos restantes municípios interessados, é fixado por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais.

4 – A assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150 000.

5 – Nos casos não abrangidos pelo n.º 2, considera-se que o rendimento é gerado no município em que se situa a sede ou a direção efetiva do sujeito passivo ou, tratando-se de sujeitos passivos não residentes, no município em que se situa o estabelecimento estável onde, nos termos do artigo 125.º do Código do IRC, esteja centralizada a contabilidade.

6 – Entende-se por massa salarial o valor dos gastos relativos a despesas efetuadas com o pessoal e reconhecidos no exercício a título de remunerações, ordenados ou salários.

7 – Os sujeitos passivos abrangidos pelo n.º 2 indicam na declaração periódica de rendimentos a massa salarial correspondente a cada município e efetuam o apuramento da derrama que seja devida.



8 – Quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedade, a derrama incide sobre o lucro tributável individual de cada uma das sociedades do grupo, sem prejuízo do disposto no artigo 115.º do Código do IRC.

9 – A deliberação a que se refere o n.º1 deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à AT até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado.

10 – Caso a comunicação a que se refere o número anterior seja remetida para além do prazo nele estabelecido não há lugar à liquidação e cobrança de derrama.

11 – O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respetivo apuramento pela AT.

12 – Para efeitos de aplicação do disposto no n.º1, quando uma mesma entidade tem sede num município e direção efetiva noutro, a entidade deve ser considerada como residente do município onde estiver localizada a direção efetiva.”.

e) Conforme referido no preceito legal supra transcrito, a deliberação relativa ao lançamento da derrama deve ser comunicada à Autoridade Tributária, por via eletrónica, até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da sua cobrança, sob pena de não haver lugar à respetiva liquidação e cobrança.



Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, e do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º, ambas da Lei n.º75/2013, de 12 setembro, delibere submeter, à Assembleia Municipal de Loures, para deliberação:

- 1- O lançamento de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas referente a 2014 e a cobrar em 2015, nos termos do n.º1 do artigo 18.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro.
- 2- O lançamento de uma taxa reduzida de derrama de 1% para todos os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€. nos termos do n.º4 do artigo 18.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro.

Loures, 23 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara

Bernardino Soares